

Mapas da territorialização vitícola portuguesa (1865–1908)

Mário Gonçalves Fernandes | Helder Marques

*Apresentado no IV SLBCH, Porto, 2011 **

RESUMO

Na União Europeia, sobretudo a partir da reforma da política agrícola comum de 1992, procurou-se consubstanciar políticas de extensificação, recorrendo, em parte, às memórias materiais e imateriais dos territórios da ruralidade que sempre se caracterizaram por uma densa e diversa espessura histórica. As denominações de origem protegida e as indicações de proveniência geográfica amarram-se a territórios circunscritos que remetem para autarcias e formas concretas de saber fazer, fundindo, desta forma, tradição com especificidade e identidade.

No entanto, tal não significa nada de novo dado que, particularmente para o caso da viticultura europeia, desde cedo se associou a qualidade dos vinhos à conjugação virtuosa de solo, clima, exposição solar e castas e se procurou precocemente territorializar, tal como ocorreu na demarcação pombalina do Douro, de 1756.

No decorrer de oitocentos, sobretudo depois da crise resultante da invasão do oídio, em meados do século, que levou, como hoje se sabe, a uma recomposição orgânica com o desaparecimento de algumas castas menos resistentes e, sobretudo, com o advento do filoxera, na década de 60 de oitocentos, sucederam-se as medidas no sentido de proteger a individualidade dos vinhos, o que implicava a definição da sua territorialidade.

Nesta comunicação, numa segunda aproximação a algumas fontes cartográficas oitocentistas relacionadas com a vitivinicultura, trataremos de explicitar as formas e modalidades de construção dessa territorialidade e de analisar os documentos cartográficos abordados, caminhando-se pelos documentos cartográficos de Emiliano Augusto de Bettencourt, de 1874; pelo coordenado por Émile C. D'Oliveira Pimentel, de 1878; pelos mapas de José Taveira de Carvalho Pinto de Menezes, de 1888 e 1889; fechando-se com a abordagem à precocidade da demarcação das regiões vitícolas de 1907 e sobretudo de 1908, esta ajustada às freguesias e que corresponde, no essencial, às principais regiões vitícolas portuguesas ainda hoje existentes.

ABSTRACT

In the European Union, particularly following the reform of the common agricultural policy in 1992, efforts were made to combine policies of intensification, partially based on the material and immaterial memories of rural territories which have always been characterised by a dense and diverse historical depth. The protected designations of origin and protected geographical indications are tied to circumscribed areas which represent autarkies and concretes ways of doing, thus merging tradition with specificity and identity.

However, these efforts were not really a novelty, since in the specific case of European viticulture, the quality of the wines has for centuries been associated to the virtuous combination of soil, climate, sunlight and grape varieties. These factors have long been territorialised, as in the case of the demarcation of the Douro region in Portugal in 1756, during the government of the Marquis of Pombal.

During the 1800s, particularly after the crisis arising from the mid-century powdery mildew plague, which led to an organoleptic restructuring in which some less resistant varieties disappeared, and the advent of phylloxera in the 1860s, successive measures were taken to protect the individuality of wines. This implied defining their territoriality.

In this paper, in a second approach to a number of 19th-century cartographic sources related with viticulture, we intend to explore the forms and modalities adopted in defining this territoriality and to analyse the cartographic documents selected, among which those by Emiliano Augusto de Bettencourt, from 1874; those coordinated by Émile C. D'Oliveira Pimentel, from 1878; the maps of José Taveira de Carvalho Pinto de Meneses, from 1888 and 1889. Finally, we will examine how Portugal proceeded with the demarcation of its winegrowing regions very early on, in 1907 and especially in 1908, the latter being mostly adjusted to the regions' parishes, corresponding essentially to the main Portuguese wine regions still existing today.

NOVOS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS DA VINHA E DO VINHO

Como vários outros autores, já referenciamos a importância da Carta Geographica de Portugal, na escala 1:500.000, publicada, em 1865, pelo então Instituto Geographico, para o desenvolvimento da cartografia temática em Portugal¹. Neste sentido, é sem surpresa que aduzimos novos exemplares cartográficos, relacionados com o tema da viticultura e da vinicultura, que tiveram aquele documento como sua base cartográfica. Por outro lado e

¹ FERNANDES, Mário G. e MARQUES, Helder, 2009.

simultaneamente, é também com naturalidade que agora acrescentamos outros exemplos, que nos permitem sublinhar que a cartografia temática portuguesa se foi desenvolvendo antes do aparecimento da cartografia oficial que a suportasse e independentemente dela.

No primeiro caso, assinalam-se os seguintes três novos exemplos:

- a “Carta da Produção dos Vinhos Comuns ou de Pasto de Portugal para Servir na Exposição Internacional de Vinhos de 1874 em Londres”, delineada por Emiliano Augusto de Bettencourt (1825-1886) e publicada em 1874 na *Breve Notícia da Viticultura Portuguesa ou Resumo dos Esclarecimentos Indispensáveis Para Se Avaliar A Collecção de Vinhos De Portugal Apresentados Na Exposição Internacional De 1874 Em Londres*, a qual, apesar de não mencionar o autor, se sabe ser de Rodrigo de Moraes Soares;
- a “Carte Vinicole du Portugal”, coordenada pelo director do comércio e da indústria e elaborada pelo agrónomo Emile C. D’Oliveira Pimentel, tendo sido publicada, em 1878, na *Mémoire sur les Vins du Portugal*, agora assumidamente da autoria de Rodrigo de Moraes Soares;
- duas cartas complementares, a “Carta da Produção Vinicola da Circumscrição do Norte de Portugal, Referida À Superfície Total de Cada Concelho” e a “Carta da Intensidade da Produção Vinicola da Circumscrição do Norte de Portugal, Por Concelhos”, ambas publicadas por José Taveira de Carvalho Pinto de Menezes no seu *Portugal (Circumscrição do Norte) Notícias Acerca dos Seus Vinhos*, em dois fascículos, de 1888 e 1889, respectivamente.

No segundo caso, em que aparentemente não se utilizou como base cartográfica qualquer documento dos serviços centrais produtores de cartografia, referem-se três exemplos relativos ao Alto Douro:

- o “Esbôço da Carta Vinicola do Douro”, sem autor, mas também publicado, em 1874, na *Breve Notícia da Viticultura Portuguesa ou Resumo dos Esclarecimentos Indispensáveis Para Se Avaliar A Collecção de Vinhos De Portugal Apresentados Na Exposição Internacional De 1874 Em Londres*;
- duas cartas publicadas em 1878 e denominadas “Carte Vinicole du Douro” e “Carte du Pays Vignoble du Haut Douro, avec indication des points attaqués par le phylloxéra”, irmanadas no mesmo documento (*Mémoire sur les Vins du Portugal*), mas relativas a temas independentes e com diferenças assinaláveis em relação à sua base cartográfica.

Passemos, então, à análise das cartas relativas a Portugal. A comparação entre cada uma das cartas referidas e a Carta Geographica de Portugal (1865), permite verificar que foi a esta que foram retiradas a sua base cartográfica, tendo-se, em qualquer dos casos, adoptado uma redução para a es-

cala de 1:1.000.000, o que levaria à generalização cartográfica, quer pela simplificação de traçados dos limites distritais ou dos rios, como pela informação seleccionada.

Aquela verificação é particularmente evidente nos casos da “Carta da Produção dos Vinhos Comuns ou de Pasto de Portugal para Servir na Exposição Internacional de Vinhos de 1874 em Londres” e da “Carte Vinicole du Portugal”, de 1878, que apresentam inúmeras afinidades entre si, decorrentes de terem surgido em diferentes publicações, mas presumivelmente do mesmo autor².

De facto, estas cartas, sendo significativamente diferentes, apresentam também muitas semelhanças, tudo apontando para que a segunda tenha sido construída a partir da primeira. Assim, as semelhanças referem-se ao contorno da linha de costa do país, ao traçado dos rios e dos limites distritais, como à linha de fronteira com a Espanha, aspecto particularmente relevante se recordarmos que, como se sabe, a fronteira ainda não estava completamente definida, nem na realidade nem na Carta Geographica de Portugal. Além disso, em ambas se apresentam regiões, constituídas por agregação de distritos, utilizando a variável visual cor e utilizando as mesmas cores para as mesmas regiões, além de que a própria toponímia regional, à excepção do caso do Minho, se encontra sensivelmente na mesma posição em ambos os documentos.

Posto isto e feita a confirmação da relação entre ambas, sublinhe-se que a segunda carta, de 1878 e elaborada para a exposição de Paris, tem uma impressão mais cuidada e é um documento mais rico, quer em relação à informação da base cartográfica, quer quanto ao conteúdo temático.

No primeiro tipo de informação, foi densificada a rede hidrográfica e acrescentada a divisão concelhia, localizando também as respectivas sedes municipais, através de pontos junto aos quais se inscreve a sua identificação e relevando graficamente os pontos quando coincidem com a capital distrital.

Quanto ao conteúdo temático, embora anuncie a representação da “produção dos vinhos”, a carta de 1874 apenas identifica e sublinha, através de pequenos borrões de cor mais intensa mas idêntica à que preenche a região respectiva, setenta e quatro topónimos reconhecidos como lugares de produção vinícola, enquanto a carta de 1878 acrescenta, àqueles setenta e quatro, novos dezanove locais de produção vinícola, totalizando noventa e três lugares vinícolas, assinalados por numeração árabe. Aliás, a carta de 1878 vai ainda mais longe, ao utilizar aquela numeração para elaborar uma “table des localités produisant des vins typiques”, onde delineia um esboço

² É o próprio Rodrigo de Moraes Soares, autor da *Mémoire sur les Vins du Portugal*, que logo no *Avertissement* (1878, p. 3), refere que “Les vins que le Portugal envoya en 1874 à l’Exposition Internationale de Londres y furent accompagnés d’une Notice dans laquelle nous avons reuni, par ordre du gouvernement, un certain nombre de renseignements relatifs à notre économi vinicole. Ce mémoire, qui est destine à la prochaine Exposition Universelle de Paris, contient la reproduction des renseignements publiés en 1874.”

de divisão regional vinícola constituída a partir da agregação de distritos, com uma única excepção constituída pela região do Douro, mais um acrescento em relação à carta de 1874, identificada como 1ª região e representada por uma cor intensa que a destaca.

Mas o conteúdo da carta de 1878 é ainda mais rico, sendo possível verificar um esforço de representação da produção vinícola concelhia, em hectolitros, através da construção de um mapa coropleto. Infelizmente, a escolha da simbologia não foi a mais adequada, sendo mesmo errónea. De facto, embora se perceba a tentativa de construir uma gradação através de manchas constituídas por linhas vermelhas, mutuamente mais afastadas para as classes de menor produção concelhia e mais próximas para as de valores mais elevados, a gradação é quebrada ao apresentar duas classes vizinhas (a de 1.000 a 10.000 e a de 10.000 a 20.000) nas quais o afastamento entre linhas é igual e apenas varia a orientação das mesmas, num caso na vertical e noutro na horizontal. Além disso, porque as linhas são vermelhas e demasiado finas e, principalmente, porque se sobrepõem às cores identificadoras das regiões, em muitos casos a informação torna-se pouco mais que ilegível.

De qualquer forma, a *Carte Viticole du Portugal*, elaborada para a exposição parisiense de 1878, sobressai como esforço assinalável na representação da produção vinícola, ainda antes dos mapas publicados por Gerardo Péry, em 1890, no Boletim da Direcção Geral da Agricultura, os “primeiros mapas conhecidos representando dados da produção de vinho do país (...) que contemplam já, de forma bem visível, os recortes territoriais das 9 regiões agronómicas do Continente criadas em 1886”, como assinalamos em 2009, no III Simposio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, em Ouro Preto.

Também anteriores a 1890 e representando a produção vinícola, mas apenas em relação à *Circumscrição do Norte* (congregando concelhos do Norte e de parte do Centro do país), são as duas cartas publicadas por José Taveira de Carvalho Pinto de Menezes, em 1888 e 1889 (a primeira representando os valores totais concelhios em hectolitros e a segunda com valores relativos em litros por hectare). Nenhum destes documentos é a carta do mesmo autor “da qual se desconhece o paradeiro, mas é descrita no manuscrito” de 1892, como referimos no III Simpósio e cuja descrição, do próprio Pinto de Menezes, aqui é repetida³.

³ Apesar de não constar junto do documento, o “Mapa-Esbôço duma carta vitivinícola da circunscrição do Norte de Portugal em 1892” é descrita por Pinto de Menezes no seu manuscrito: “Vê-se facilmente no esboço da carta vinícola com que acompanhamos este trabalho (...). O esboço distingue-as pela diversidade de cores. Adoptei n’ele a cor verde para indicar a região do Minho ao Vouga, a amarela para a do Alto Douro, a azul para a Transmontana e a roxa para designar a Beirença. Em cada cor há duas gradações; a mais leve representa os territórios em que a cultura da videira é de mediana intensidade, e a mais carregada, aqueles em que ela é mais intensa. Em todas as paróquias que se encontram na parte aguarelada, existe a cultura da preciosa ampelidea, mas em pequena escala. São pois estas manchas de cor intensa na carta, que representam territórios em que a produção excede sempre o consumo.” (José Pinto de MENEZES, 1892, pp. 69-70).

Trata-se de duas cartas que utilizam a mesma simbologia, aplicando diferentes cores para cada classe, cuja escolha nem está associada à convencional sequência espectral, nem se aproxima de qualquer gradação de valor visual, pelo que apenas pretensa e erroneamente poderia funcionar numa lógica de coropletas, resultando, pelo contrário, em mapas onde é praticamente impossível conseguir qualquer ordenação e consequente “regionalização” visual.

No entanto, assinale-se que, independentemente da ineficaz opção para a simbologia que representa o conteúdo temático, é mais um exemplar de cartografia temática cujo fundo de mapa parece ancorar-se em algum exemplar reduzido da Carta Geographica de Portugal de 1865, notando-se um mais cuidado traçado dos limites concelhios e da linha de recorte fronteiriço.

Finalmente, vejamos o caso dos exemplares cartográficos relativos ao Alto Douro. Contrariamente ao caso do mapa “Paiz Vinhateiro da Bairrada”, de 1867, que, como já referimos no III Simpósio, foi executado sobre um extracto copiado da folha nº 13, publicada em 1866, da Carta Corographica do Reino, na escala 1:100.000 e iniciada por Filipe Folque em 1856, nenhum dos três mapas do Alto Douro que aqui abordamos tem como base Carta Corographica do Reino. De facto, era impossível que esta cartografia pudesse ser a base para delinear qualquer dos mapas do Alto Douro, já que estes foram publicados em 1874 e 1878 enquanto a referida folha nº 8 apenas seria publicada em 1895. Além disso, qualquer rápida observação de comparação do traçado da rede hidrográfica representada nos mapas do Alto Douro com a correspondente rede hidrográfica constante da folha nº 8 (Vila Real), confirma a existência de inúmeras diferenças de traçado, mesmo se ponderarmos a necessidade de generalização da escala 1:100.000 para a de cerca de 1:220.000.

Assim, efectuamos a comparação com o conhecido “Mappa do Paiz Vinhateiro do Alto Douro”, de Joseph James Forrester (Barão de Forrester) que, apesar de não apresentar qualquer data, se sabe ter sido concluído em 1842 (a partir de levantamentos originais ou a partir de levantamentos pontuais e de cartografia anterior de outros autores, hipótese sugerida em estudo preliminar da cartografia antiga do Douro⁴) e publicado em 1843, por gravação em Londres.⁵ Embora não sendo conclusiva, a comparação efectuada indicia que os elementos da base cartográfica do “Esbôço da Carta Vinicola do Douro”, elaborada para a exposição de Londres de 1874, estejam ancorados no “Mappa do Paiz Vinhateiro do Alto Douro” ou, o que é ainda mais provável, no mais simplificado mapa geológico de Rebelo de Carvalho exis-

⁴ João GARCIA e Didiana BRANCO, 2009, p. 13.

⁵ Ver José James FORRESTER, 1843.

tente numa das “janelas” do mapa “O Douro Portuguez e Paiz Adjacente”, publicado pela primeira vez em 1848⁶ e também do Barão de Forrester, e, na parte mais a montante, no “Mappa do Paiz Vinhateiro do Alto Douro”.

Tal como no caso das cartas vinícolas relativas ao país, que analisamos acima, também nas cartas relativas ao Douro as de 1878 são mais cuidadas e ricas em informação do que a de 1874. Da mesma forma, a “Carte Vinicole du Douro”, de 1878, foi elaborada a partir do “Esbôço da Carta Vinicola do Douro”, de 1874, sendo notórias várias semelhanças. Assim, em ambas se subdivide a região duriense em Douro Inferior, Alto Douro e Douro Superior, utilizando as mesmas cores (rosa, amarelo e azul, respectivamente); ambas identificam as mesmas quintas, através de pequenos rectângulos negros, bem como representam os mesmos topónimos; em ambas, as áreas urbanas de Vila Real, Lamego, S. João da Pesqueira e Regoa são representadas de igual maneira e até a indicação do Norte tem o mesmo desenho e posicionamento, apenas variando a posição do título, no qual se eliminou a palavra “esboço” para a carta de 1878.

Esta eliminação relaciona-se certamente com o facto de a carta de 1878 ser já uma carta de maior elaboração e com maior riqueza de informação, visto que neste exemplar são acrescentadas indicações em relação à qualidade dos vinhos produzidos, apresentando uma legenda onde se identificam três qualidades: a de primeira qualidade simbolizada por pequenos xis vermelhos, a de segunda com xis azuis e a de terceira qualidade através de pequenas circunferências, cuja utilização levou ao preenchimento, a negro, do interior das circunferências que representavam as localidades na carta de 1874.

Enfim, enquanto estas duas cartas estão estreitamente ligadas entre si, já a “Carte du Pays Vignoble du Haut Douro, avec indication des points attaqués par le phylloxéra” é um caso à parte e com personalidade própria, pois embora mantenha algumas semelhanças com as primeiras (como a escala, a posição dos vários elementos do mapa, as cores para as subdivisões regionais), a sua ligação ao “Mappa do Paiz Vinhateiro do Alto Douro” como sua base cartográfica é ainda mais evidente e em vez de ser elaborada a partir de outra carta baseada no “Mappa do Paiz Vinhateiro do Alto Douro”, como foi o caso da “Carte Vinicole du Douro”, esta “Carte du Pays Vignoble du Haut Douro, avec indication des points attaqués par le phylloxéra” é seguramente baseada no “Mappa” do Barão de Forrester e construída a partir dele e não de interposta cópia. Aliás, assim se entende a menor simplificação da rede hidrográfica, agora muito mais densa, a maior adequação da representação das áreas urbanas ou da introdução da rede de caminhos à carta de Forrester. A razão que explica que num mapa se vá buscar a base de 1874 e

⁶ Sobre as várias edições deste mapa ver João GARCIA e Didiana BRANCO, 2009, pp. 8-11.

noutro se volte à fonte primária constituída pelo “Mappa do Paiz Vinhateiro do Alto Douro”, prende-se com o facto de o conteúdo temático a representar, a difusão do filoxera, exigia maior pormenorização da informação da base cartográfica, nomeadamente da rede hidrográfica.

Já na representação do conteúdo temático principal, reencontramos uma opção errónea na simbologia utilizada, que desenha linhas de diferentes cores para delimitar as áreas de expansão do filoxera, correspondendo as diferentes cores a diferentes anos da difusão do insecto, o que resulta em grandes dificuldades na leitura, já que, como se pode verificar, a cor apresenta grandes dificuldades de legibilidade quando aplicada em implantação linear, o que neste caso é ainda reforçado pelo facto das linhas coloridas se sobreporem às manchas também coloridas que identificam as sub-regiões.

Enfim, revisitamos a fase de expansão da cartografia temática portuguesa, acrescentando-se no caso presente, da vinha e do vinho, sete documentos, notoriamente utilizados como instrumentos de conhecimento, de intervenção e de divulgação.

FONTES E DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS:

1874 – [SOARES, Rodrigo de Moraes], Breve Noticia da Viticultura Portuguesa ou Resumo dos Esclarecimentos Indispensaveis Para Se Avaliar A Collecção de Vinhos De Portugal Apresentados Na Exposição Internacional De 1874 Em Londres. Lisboa, Imprensa Nacional, Publicação Oficial (publicação trilingue, em português, francês e inglês).

Em anexo:

- “Carta da Producção dos Vinhos Comuns ou de Pasto de Portugal para Servir na Exposição Internacional de Vinhos de 1874 em Londres” / Del. Bettencourt (Emiliano Augusto de Bettencourt - 1825-1886), litografia, color.; 70x39 cm em folha 66x41 cm, 1:1.000.000. Lisboa: Lith. de C. Maigne; existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Portugal (<http://purl.pt/3589>);

- “Esbôço da Carta Vinicola do Douro”, s/ autor, litografia, color., 26 x 15,5 cm em folha de 35,5 x 28 cm, escala gráfica de 1,8 cm = 4 km. Lisboa: Lith. de C. Maigne.

1878 – SOARES, Rodrigo de Moraes, Mémoire sur les Vins du Portugal. Lisboa, Imprensa Nacional.

Em anexo:

- “Carte Vinicole du Portugal”, Coordonnée d’après les indications du Directeur du Commerce et de L’Industrie par Emile C. D’Oliveira Pimentel, Agronome. 1878, litografia, color., 77x52 cm em folha de 87x58 cm, 1:1.000.000;

- “Carte Vinicole du Douro”, s/ autor, litografia, color., 26x15,5 cm em

folha de 35,5x28 cm, escala gráfica de 1,8 cm = 4 km (a legenda diferencia as qualidades de vinho em 1^a, 2^a e 3^a);

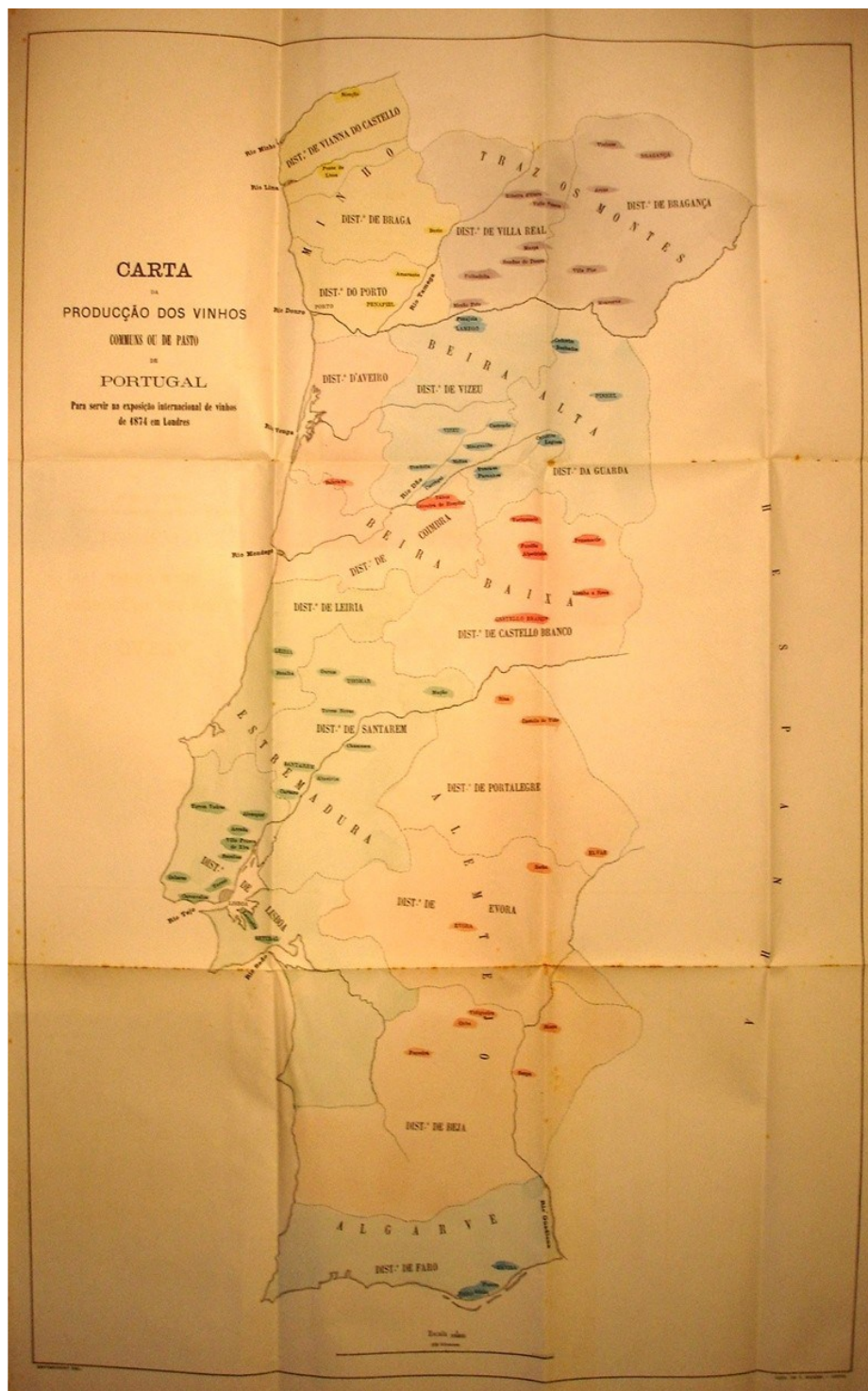
- “Carte du Pays Vignoble du Haut Douro, avec indication des points attaqués par le phylloxéra”, s/ autor, litografia, color., 28x16,5 cm em folha de 35,5x28 cm, escala gráfica de 1,8 cm = 4 km (a legenda apresenta o “limite de l’étendu attaquée et reconnue en 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877).

MENEZES, José Taveira de Carvalho Pinto de (1888 e 1889), Portugal (Circumscrição do Norte) Notícias Acerca dos Seus Vinhos, Porto, Direcção Geral de Agricultura, Typographia de António José da Silva Teixeira, 1888 Fasciculo I e 1889 Fasciculo II 160 pp., 80 pp. cada.

- “Carta da Produção Vinicola da Circumscrição do Norte de Portugal, Referida À Superficie Total de Cada Concelho, Segundo as Informações Obtidas Pelo Engenheiro José Taveira de Carvalho Pinto de Menezes”. Lith. Lusitana do Porto, 27x38 cm em folha de 28x44,5 cm, sem escala (ca. 1:1.000.000), antes de texto (“Os numeros indicam a producção de cada concelho em milhares de hectolitros”). Fasciculo I.

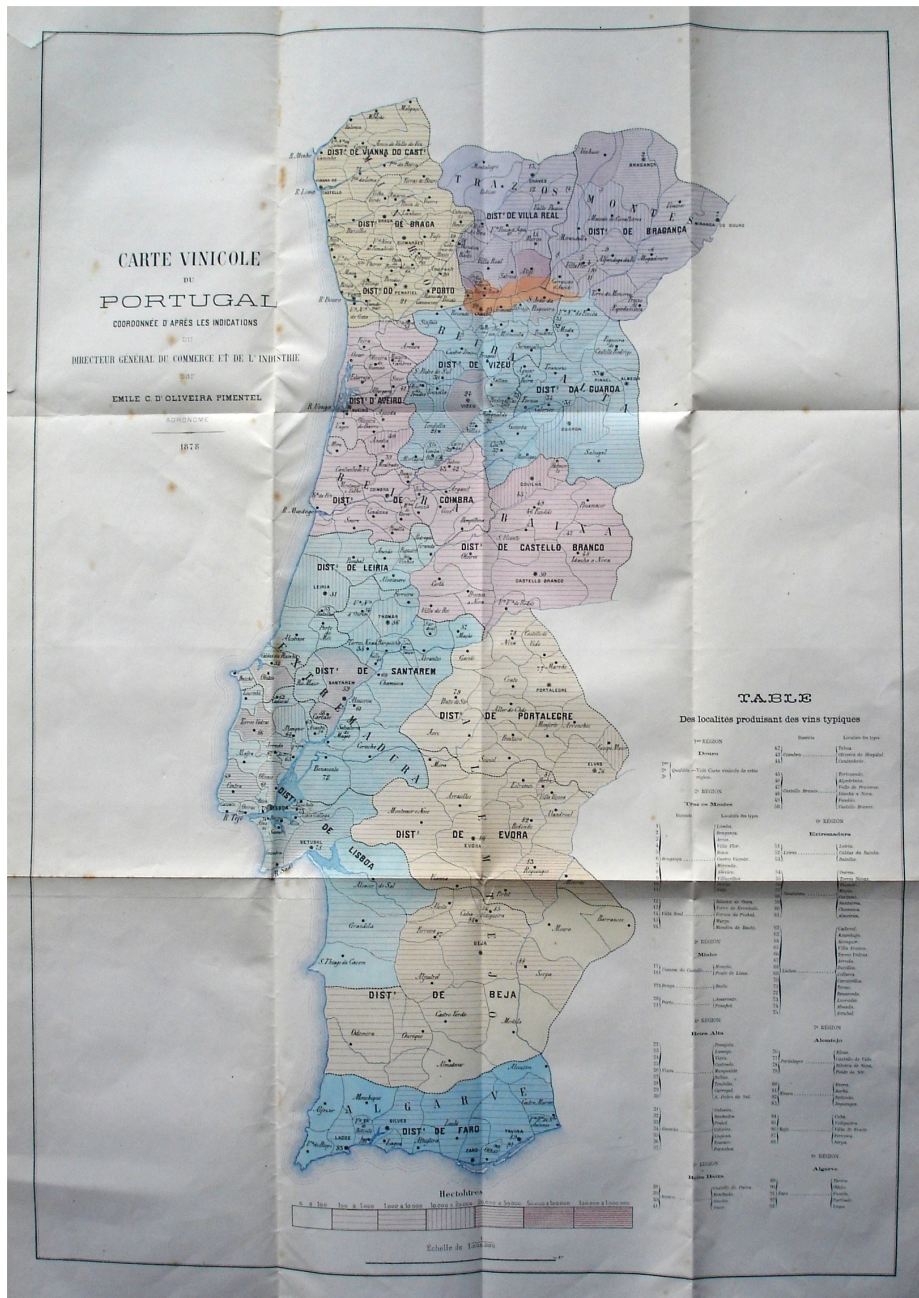
- “Carta da Intensidade da Produção Vinicola da Circumscrição do Norte de Portugal, Por Concelhos, Segundo as Informações Obtidas Pelo Engenheiro José Taveira de Carvalho Pinto de Menezes”. Lith. Lusitana do Porto, 27x38 cm em folha de 28x44,5 cm, sem escala (ca. 1:1.000.000), entre pp. 80-81 (“Os numeros indicam em litros a producção que corresponde a cada hectare da superficie dos concelhos”). Fasciculo II.

MENEZES, José Taveira Carvalho Pinto de (1894), “Considerações acerca da produção vinícola do Norte de Portugal em 1892”, Porto, Direcção Geral dos Serviços Ampeleográficos (manuscrito depositado na Biblioteca da Comissão de Viticultura dos Vinhos Verdes).

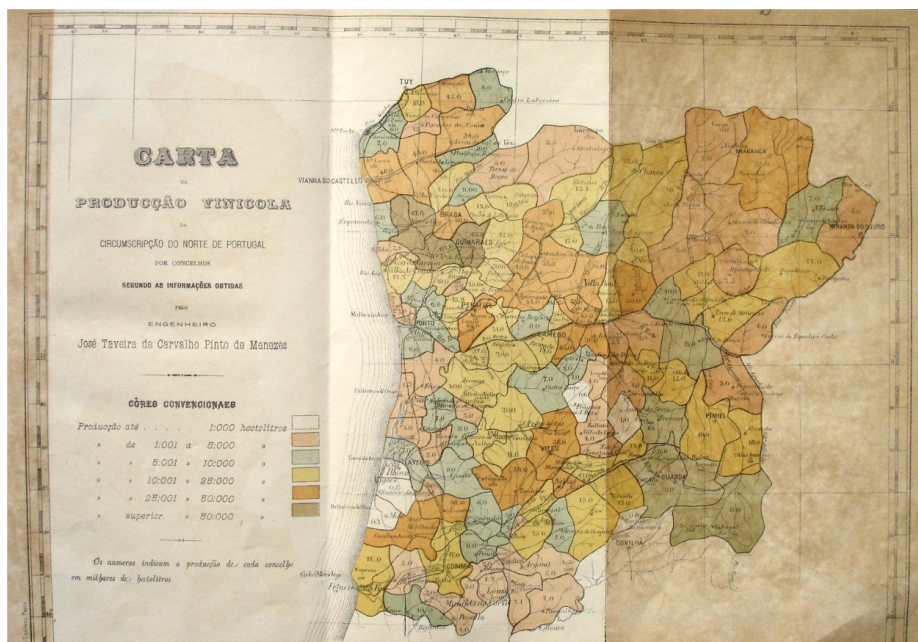


1874 - “Carta da Produção dos Vinhos Comuns ou de Pasto de Portugal para Servir na Exposição Internacional de Vinhos de 1874 em Londres”.

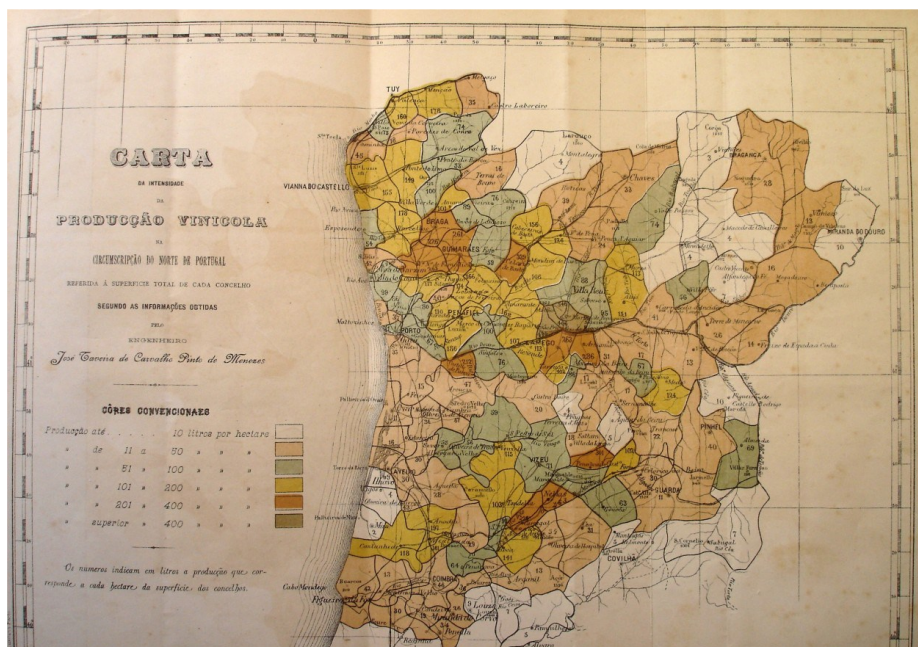
Mapas da territorialização vitícola portuguesa (1865–1908)



1878 - "Carte Vinicole du Portugal".

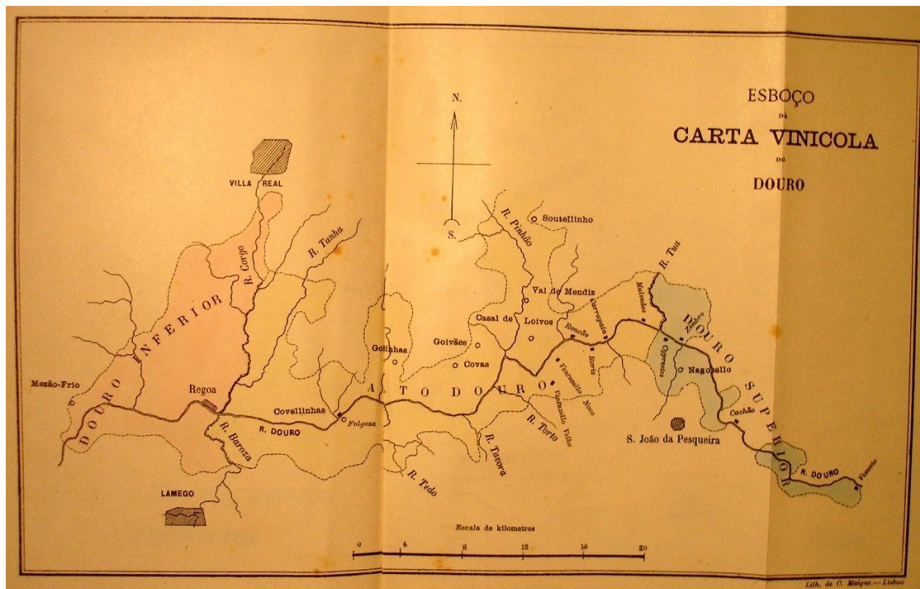


1888 - “Carta da Produção Vinicola da Circumscipção do Norte de Portugal, Referida À Superficie Total de Cada Concelho (...)”.

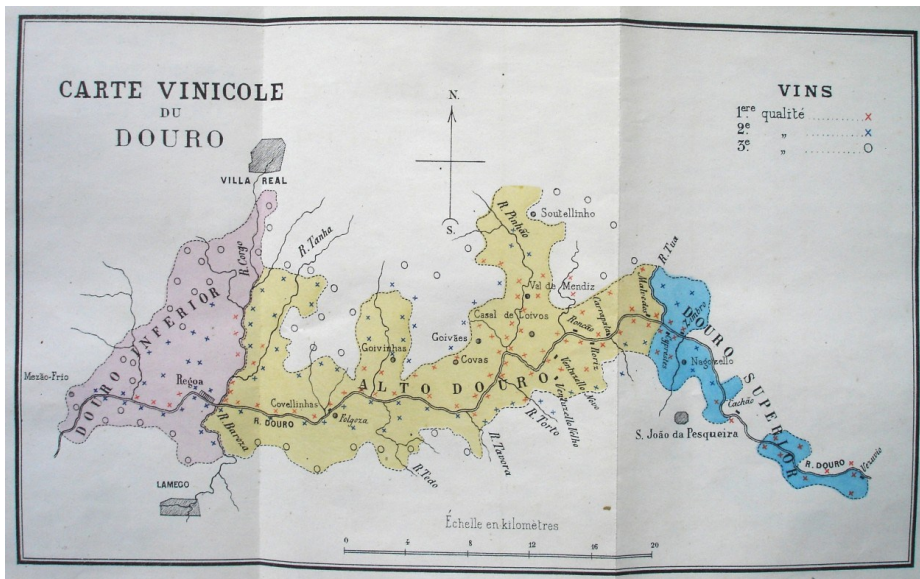


1889 - “Carta da Intensidade da Produção Vinicola da Circumscipção do Norte de Portugal, Por Concelhos (...)”.

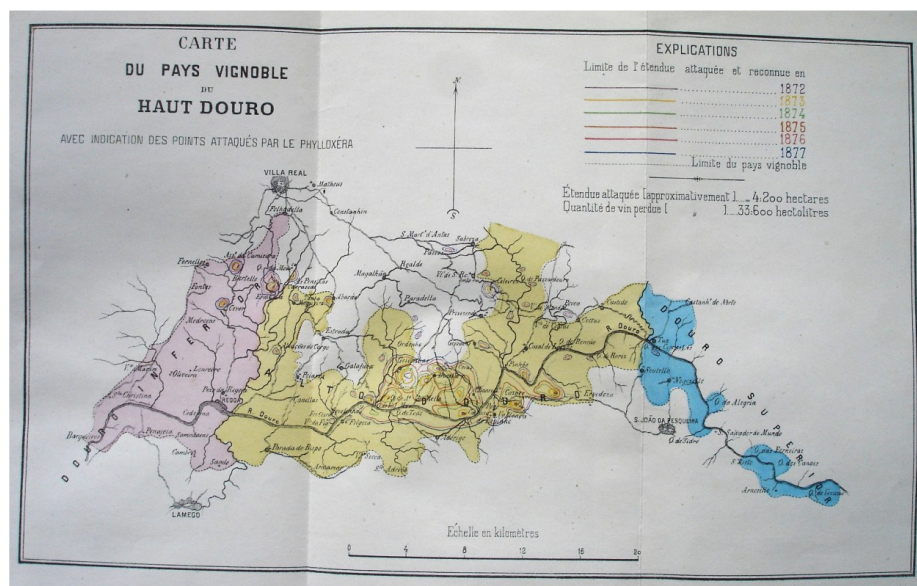
Mapas da territorialização vitícola portuguesa (1865–1908)



1874 - "Esbôço da Carta Vinicola do Douro".



1878 - "Carte Vinicole du Douro".



1878 - "Carte du Pays Vignoble du Haut Douro, avec indication des points atteints par le phylloxéra"

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERNANDES, Mário G. (2007), *Manuais Escolares de Geografia, séculos XIX-XXI*, Porto, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERNANDES, Mário G e MARQUES, Helder (2009), "Cartografar para compreender: a viticultura portuguesa, da difusão do filoxera à estruturação das adegas cooperativas da Junta Nacional do Vinho, 1870-1950", Actas do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2009, Brasil, Ouro Preto (http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/fernandes_marques_cartografar-para-compreender.pdf).
- FORRESTER, José James (1843), *Correspondencias de ilustres corporações em Portugal acerca do melhoramento da navegação do Rio Douro desde a sua foz a Barca de Silvestre em Hespanha; e sobre os mapas do mesmo rio, e do Paiz Vinhateiro do Alto Douro*. Porto, Typographia Commercial Portuense.
- GARCIA, João e BRANCO, Didiana (2009), "Oporto Wine In Maps': A Cartografia inglesa do Douro", Actas do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2009, Brasil, Ouro Preto (http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/garcia_branco_oporto-wine-in-maps.pdf).
- MENEZES, José Taveira de Carvalho Pinto de (1888 e 1889), *Portugal (Circumscrição do Norte) Notícias Acerca dos Seus Vinhos*, Porto, Direcção Geral de Agricultura, Typographia de António José da Silva Teixeira, 1888 Fasciculo I e 1889 Fasciculo II 160 pp., 80 pp. cada.
- [SOARES, Rodrigo de Moraes] (1874), *Breve Noticia da Viticultura Portuguesa ou Resumo*

Mapas da territorialização vitícola portuguesa (1865–1908)

dos Esclarecimentos Indispensaveis Para Se Avaliar A Collecção de Vinhos De Portugal Apresentados Na Exposição Internacional De 1874 Em Londres. Lisboa, Imprensa Nacional, Publicação Oficial.

SOARES, Rodrigo de Moraes (1878), *Mémoire sur les Vins du Portugal.* Lisboa, Imprensa Nacional.

* FERNANDES, Mário Gonçalves; MARQUES, Helder (2011), “Os mapas da territorialização vitícola portuguesa (1865-1908)”, *Atas do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, FLUP, 9 a 12 de Novembro (<http://eventos.lettras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/115.pdf>), ISBN: 978-972-8932-88-6.